

Livro nº. 8
Folha 55




MUNICÍPIO DE TERRAS DE BOURO

QUADRIÉNIO 2017/2021

**Ata da Assembleia Municipal Extraordinária de Terras de Bouro
de 25 de Janeiro de 2019**

**Ata da Assembleia Municipal Extraordinária de Terras de Bouro
de 25 de Janeiro de 2019**

----- Aos vinte e cinco dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezanove, pelas vinte horas e cinquenta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, realizou-se a primeira sessão do ano de dois mil e dezanove da Assembleia Municipal de Terras de Bouro, esta de carácter extraordinário e que teve a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

- 1. Análise e votação de “proposta - descentralização de competências - jogos de fortuna ou azar”;**-----
- 2. Análise e votação de “proposta - descentralização de competências - vias de comunicação”;**-----
- 3. Análise e votação de “proposta - descentralização de competências - gestão das praias marítimas, fluviais e lacustres”;**-----
- 4. Análise e votação de “proposta - descentralização de competências - justiça”;**-----
- 5. Análise e votação de “proposta - descentralização de competências - equipas de intervenção permanente”;**-----
- 6. Análise e votação de “proposta - descentralização de competências - estruturas de atendimento ao cidadão”;**-----
- 7. Análise e votação de “proposta - descentralização de competências - habitação”;**-----
- 8. Análise e votação de “proposta - descentralização de competências - património imobiliário público”;**-----
- 9. Análise e votação de “proposta - descentralização de competências - estacionamento público”;**-----
- 10. Análise e votação da primeira revisão aos Documentos Previsionais para 2019.**-----

----- Assumiu a Presidência desta reunião o Presidente da Assembleia Municipal,

Livro nº. 8

Folha 56

o senhor Augusto Braga, tendo o senhor José Carlos da Rocha Dias, assumido o lugar de primeiro secretário e o senhor Nuno Roupar o lugar de segundo secretário.-----

----- Esteve presente nesta reunião a representar a Câmara Municipal, o Senhor Presidente do Executivo Municipal, Manuel Tibo. Estiveram também presentes os membros constantes do livro de presenças em uso nesta Assembleia, num total de vinte e nove, tendo-se verificado a falta justificada da senhora deputada municipal Maria Alice de Sá e Sousa, sendo esta substituída, nos termos da Lei pela senhora deputada Maria Severina Fernandes Loureiro.-----

----- Comprovada a existência de “quorum”, o Presidente da Mesa declarou aberta a sessão, começando o senhor o Presidente da Assembleia Municipal por prestar os devidos esclarecimentos sobre a especificidade da sessão de hoje, de carácter extraordinário e ao mesmo tempo, face à solicitação do Senhor Presidente da Câmara Municipal, pedir a anuência da Assembleia Municipal para inclusão, dada a sua pertinência e teor, de três novos pontos na ordem de trabalhos, no caso, três Votos de Pesar, pois foi com grande tristeza que o Município de Terras de Bouro recebeu as notícias destes falecimentos, apresentando às famílias as mais sentidas condolências, assim: o primeiro pelo falecimento do Senhor Abílio Teixeira, pai do funcionário da Autarquia, Miguel Teixeira; o segundo pelo falecimento do Senhor Manuel Gonçalves Lages, pai do funcionário Sr. Adelino Pereira Lages e do Senhor António Pereira Lages, deputado municipal em regime de substituição e o terceiro pelo falecimento do Senhor Cónego Fernando Monteiro, um Homem de Fé e de Bondade infindável, sendo o seu percurso de vida um exemplo na forma como sempre procurou ajudar e apoiar o próximo no combate à pobreza. Foi também um exemplo puro de espírito humanista em que se expressa agora também um agradecimento público pelo seu empenho e dedicação enquanto Presidente da Irmandade de S. Bento da Porta Aberta. Após colocação dos mesmos à votação para inclusão na ordem de trabalhos, a mesma foi aprovada por unanimidade.-----

----- De seguida, o senhor Presidente da Assembleia Municipal apresentou os pontos da ordem de trabalhos do primeiro ao nono e propôs a sua abordagem em conjunto e a sua votação em separado, o que foi unanimemente aceite. Logo depois, concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que

explicou a necessidade legal da realização dessa sessão da assembleia municipal pelo facto de esta ter que deliberar até ao final do mês de Janeiro sobre o processo de transferência de competências. Todo o procedimento foi liderado pela Associação Nacional de Municípios e pelo Senhor Secretário de Estado das Autarquias Locais e ressalve-se o facto de hoje estarmos a deliberar sobre nove competências, mas elas são, no total, cerca de vinte e uma, sublinhou o Senhor Presidente. A título de exemplo, na área da Saúde, que engloba uma logística complicada e uma despesa enorme e após solicitação à ACES Cabreira, a mesma informação foi encaminhada para a ANMP para se ter uma noção dos valores envolvidos, mas tal verba não foi também especificada, tudo é muito vago, sendo que, em 2021, estas competências virão na mesma para os municípios, decisão do atual Governo. Neste momento não há necessidade de nos precipitarmos, pois há uma evidente falta de informação sobre o envelope financeiro que acompanha a atribuição destas competências, sendo assim o sentido da proposta aprovada em reunião do Executivo Municipal de não aceitação da transferências de competências nestes moldes. A descentralização, reiterou o Senhor Presidente é algo de positivo, mas que terá que ser acompanhada da respectiva comparticipação financeira. Assim, em 2019 o Executivo Municipal propõe a esta assembleia que se pronuncie no sentido da não aceitação da transferência de competências, pois face ao desconhecimento que temos sobre esta situação, será o mais sensato para não hipotecar o futuro do concelho, sublinhou o Senhor Presidente da Câmara Municipal. Continuando e já sobre a proposta no campo das vias de comunicação, o Senhor Presidente é também da opinião que tal não se deve assumir perante o desconhecimento em pormenor do teor das responsabilidades e custos com esta e outras transferências. No dia 13 de Fevereiro, teremos, em princípio, uma visita do Sr. Secretário de Estado das Autarquias Locais para uma reunião de trabalhos sobre estas e outras questões, avançou o Senhor Presidente da Câmara Municipal. Já sobre o ponto três, “descentralização de competências - gestão das praias marítimas, fluviais e lacustres”, o Senhor Presidente sublinhou, mais uma vez, a informação pouco concisa e a existência de muitas condicionantes, para logo a seguir se referir ao ponto quatro “descentralização de competências – justiça” e

afirmar ser esta uma competência que até poderá reunir alguns benefícios, mas que aconselha a ter, nesta altura, um comportamento cauteloso. Sobre o quinto ponto, “descentralização de competências - equipas de intervenção permanente”, teremos uma equipa dos bombeiros a funcionar a partir de Fevereiro, sendo que, nesta altura o município assegura 50% da despesa e se a competência passar a despesa será de 100%, o que naturalmente, não se deseja. No que diz respeito aos pontos seis e sete, o Senhor Presidente afirmou que ambos não têm grande expressão ou benefício para o nosso concelho e já sobre o oitavo ponto, “património público”, poderá existir algum interesse, como o exemplo das casas da guarda do ICNF, mas com esclarecimentos adicionais que, presentemente, não estão disponíveis, nomeadamente, a utilização ou possibilidade de gerir ou rentabilizar este património. Assim sendo, trata-se de mais um assunto a aconselhar prudência. Por último e no que diz ainda respeito à transferência de competências, no que concerne ao último assunto, “estacionamento público”, o Senhor Presidente frisou que tal já é da competência da câmara municipal. Ainda sobre esta matéria, o Senhor Presidente salientou o facto de os municípios estarem a responder negativamente à transferência de competências, sendo que, alguns, como é o caso do Alto Minho aceitem algumas competências, mas porque dispõem de informação adicional.-----

----- Sobre a transferência de competências e aberto o período de intervenções, assumiu a palavra o senhor Deputado Alexandre Pereira que, depois dos cumprimentos iniciais, se referiu à Moção que aqui apresentou sobre esta matéria e que se referia precisamente ao facto de não se poder aceitar em branco tudo o que se quisesse transferir do Estado central para as autarquias. Segundo o senhor deputado, este assunto já foi, sendo assim, aqui votado na sua Moção. Como a CDU tinha frisado, a verdade é que não se sabe o valor real das despesas que cada concelho terá com esta transferência e a verdade é que o Estado atual quer livrar-se de uma série de responsabilidades, foi assim com os CTT e com as escolas e se não há garantias, não podemos hipotecar o futuro, frisou o senhor Deputado Alexandre Pereira.-----

----- Também sobre esta matéria o senhor Deputado Vítor Fernandes, do Partido Socialista, assumiu a palavra e depois de se dirigir a todos os presentes, afirmou

que temos um país demasiado centralista, opinião aliás partilhada por todos, e esta ideia, desde os tempos do Marquês de Pombal, de que “Portugal é Lisboa e o resto é paisagem”, pode e deve agora ser contrariada com estas medidas. Aliás, como se sabe, o processo é dinâmico e já anteriormente, depois do processo da regionalização ter sido abordado, não se quis avançar, sabendo que, qualquer reforma, comporta riscos, sublinhou o senhor deputado. A Assembleia da República, continuou, é que decide a descentralização de competências e não as assembleias municipais, dizendo também ser a questão final de teor lateral, pois o essencial é aproximar as decisões dos decisores, ou seja, em vez de ser em Lisboa, passar a ser aqui mesmo. Neste processo, sublinhou o senhor deputado, não há inconscientes e mais cedo ou mais tarde é lógico que estas transferências irão acabar por acontecer. O senhor Deputado Vítor Fernandes deu mesmo o exemplo da adesão à União Europeia em 1985 e de como também não se sabia o que ia acontecer, nomeadamente o Brexit em 2019. O que aqui está a acontecer é apenas um adiamento da decisão que no espaço de três anos será definitiva e, assim sendo, o Partido Socialista não está de acordo com esta intenção, pois é preciso ser reativo em função do mérito do processo, concluiu o senhor Deputado Vítor Fernandes.---

----- A intervenção seguinte sobre a mesma matéria pertenceu ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilar da Veiga que após os cumprimentos formais, elogiou a atitude do Senhor Presidente da Câmara Municipal e do seu antecessor na junta de freguesia, sobre as recomendações relativas à estrada nacional que atravessa sua freguesia. Além desta via, que, notoriamente, precisa de novo tapete betuminoso, também a via até Leonte precisa de uma importante intervenção, voltando a sublinhar a atitude do Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre este assunto.-----

----- De seguida usou da palavra o senhor Deputado António Pires de Oliveira para dizer que as palavras do senhor Deputado Vítor Fernandes deveriam ser realistas e não idealistas, pois o Governo dá com uma mão e tira com as duas, como se vê pela questão dos impostos, sendo que também é da opinião que não se devem aprovar estas transferências sem saber os seus reais custos.-----

Seguidamente, o senhor Presidente da Câmara Municipal reassumiu a palavra e afirmou que, de facto, o senhor Alexandre Pereira já tinha apresentado esta questão nesta assembleia e de como tal, já nessa ocasião, se deliberou neste sentido. Relativamente às palavras do senhor Deputado Vítor Fernandes, o Senhor Presidente sublinhou que a questão partidária não deve cegar nesta deliberação. Se temos tempo para decidir, não nos devemos precipitar e se há também oportunidade de adiar a decisão, porque não temos conhecimento dos valores, então adie-se, reiterou o Senhor Presidente. O Governo já deve ter um envelope financeiro para esta questão, ora se nos derem trezentos mil euros por ano, Terras de Bouro aceita de imediato as competências, mas nesta fase, trata-se sobretudo de prudência e nada mais, afirmou o Senhor Presidente. Como somos um concelho de baixa densidade sofremos de várias formas essa característica, veja-se que já convidamos o Secretário de Estado do Ambiente por várias vezes para vir a Terras de Bouro resolver os problemas que temos pendentes e este adiou, se tivéssemos 50.000 pessoas já teria vindo, lamentou o Senhor Presidente. Voltando à transferência de competências, o Senhor Presidente afirmou que é uma irresponsabilidade aceita neste momento, as mesmas devem ser negociadas com os municípios, um a um se fosse preciso. Os senhores deputados da Assembleia da República podiam deslocar-se aos concelhos e fazer eco disso mesmo na própria Assembleia da República. Sobre a intervenção do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilar da Veiga, o Senhor Presidente respondeu que realmente as valetas da estrada em questão até já estão a ser limpas pela câmara municipal, pois a empresa estatal responsável nem para isso tem dinheiro, finalizou neste período o Senhor Presidente.-----

----- Posteriormente interveio o senhor Deputado Filipe Mota Pires com cumprimentos a todos os presentes e dirigiu-se à intervenção do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilar da Veiga que relativamente ao que aqui foi dito, será preciso também não esquecer que o mesmo já tinha sido presidente da junta ainda antes do seu antecessor e a estrada já estava, nessa altura, em fraco estado, ou seja há muitos anos. Continuando, o senhor deputado Filipe Mota Pires e sobre as transferências de competências afirmou que, realmente, os municípios não podem assumir competências sem ter conhecimento das despesas, concordando em

parte, mas também é verdade que nem todas as competências acarretam encargos financeiros, veja-se os exemplo do estacionamento público ou mesmo sobre o património, recebê-los não será, certamente, para ficar mais pobre, sublinhou o senhor deputado. A verdade é que torna-se importante começar a discutir a regionalização, existindo as propostas para o efeito e tem orgulho na forma como o seu partido demonstra esta intenção de tornar o “Estado mais magro” e desde logo, mais descentralizado, concluiu o senhor Deputado Filipe Mota Pires.-----

Ainda sobre esta matéria, o senhor Deputado Alexandre Pereira voltou a intervir para frisar a sua opinião de que é sensato não aceitar estas competências desta forma e até 30 de Junho, certamente, outra deliberação se tomará para 2020.-----

----- O Senhor Presidente reassumiu logo a seguir a palavra para realçar novamente a sua posição de prudência na matéria em causa, apesar de ser a favor da discussão e frisando que em Junho, nova decisão se tomará, não sendo tal um sinal de falta de audácia, mas sim de ponderação.-----

----- Fimdo este período, deu-se então início à Ordem de Trabalhos, da qual constaram os seguintes pontos, com as introduções já referidas:-----

1.Análise e votação de “proposta - descentralização de competências - jogos de fortuna ou azar”;-----

2.Análise e votação de “proposta - descentralização de competências - vias de comunicação”;-----

3.Análise e votação de “proposta - descentralização de competências - gestão das praias marítimas, fluviais e lacustres”;-----

4.Análise e votação de “proposta - descentralização de competências - justiça”;-----

5.Análise e votação de “proposta - descentralização de competências - equipas de intervenção permanente”;-----

6.Análise e votação de “proposta - descentralização de competências - estruturas de atendimento ao cidadão”;-----

7.Análise e votação de “proposta - descentralização de competências - habitação”;-----

8.Análise e votação de “proposta - descentralização de competências -

património imobiliário público”;-----

9. Análise e votação de “proposta - descentralização de competências - estacionamento público”;-----

10. Análise e votação da primeira revisão aos Documentos Previsionais para 2019;-----

11. Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Abílio Teixeira;-----

12. Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Manuel Gonçalves Lages;-----

13. Voto de pesar pelo falecimento do Senhor Cónego Fernando Monteiro.-----

----- Face ao exposto anteriormente nesta assembleia e dando cumprimento ao primeiro ponto da Ordem de Trabalhos, o Sr. Presidente da Assembleia colocou de imediato o mesmo à votação, sendo este aprovado por maioria, com quatro abstenções do Partido Socialista.----- De igual forma e continuando a sessão, mas já sobre o segundo ponto da Ordem de Trabalhos, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal Sr. Presidente da Assembleia colocou de imediato o mesmo à votação, sendo este aprovado por maioria, com quatro abstenções do Partido Socialista.-----

----- No que diz respeito ao terceiro ponto da Ordem de Trabalhos, repetiu-se o procedimento e o mesmo foi aprovado por maioria com a abstenção dos quatro deputados do Partido Socialista.-----

----- De seguida e sobre o quarto ponto da ordem de trabalhos, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o referido e foi este aprovado por maioria com quatro votos de abstenção do Partido Socialista.-----

----- Imediatamente a seguir foi colocado também à votação o ponto cinco e foi este aprovado por maioria com os quatro votos do Partido Socialista. -----

----- Seguidamente e sobre o sexto ponto, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, à semelhança dos anteriores, apresentou e colocou à votação a referida proposta, sendo esta aprovada por maioria com quatro votos de abstenção por parte da bancada socialista.-----

----- No que diz respeito ao sétimo ponto, o mesmo foi também colocado à votação e aprovado por maioria com os quatro votos de abstenção do Partido Socialista.-----

----- Sobre o oitavo ponto da ordem de trabalhos e após apresentação forma do

mesmo, foi também colocado à votação e aprovado por maioria com quatro votos de abstenção do Partido Socialista.-----

----- O nono ponto da ordem de trabalhos foi logo depois colocado à votação, sendo, igualmente, aprovado por maioria com os quatro votos de abstenção do Partido Socialista.-----

----- A sessão prosseguiu com a apresentação do décimo ponto da ordem de trabalhos, no caso, a primeira revisão aos Documentos Previsionais para 2019 e o Sr. Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal fundamentando este a apresentação desta revisão com o reforço do apoio estatal em cerca de 50.000,00 euros para a construção do edifício de Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia e ainda se viu reforçada a componente municipal dos projectos da Raia Termal e do Parque Urbano de Moimenta, originado assim um aumento total das transferências do Orçamento do Estado para o Município de Terras de Bouro no valor de 223.175,00 euros.-----

----- Sem intervenções requeridas, o décimo ponto foi aprovado por unanimidade.-

----- De seguida e sobre o décimo primeiro ponto “Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Abílio Teixeira”, colocado que foi à votação, foi aprovado por unanimidade e consignado o respetivo Minuto de Silêncio em memória do homenageado.-----

----- Continuando e sobre o décimo segundo ponto “Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Manuel Gonçalves Lages”, colocado que foi igualmente à votação, foi aprovado por unanimidade e consignado o respetivo Minuto de Silêncio em memória do homenageado. -----

----- Por último e no que diz respeito à ordem de trabalhos, foi apresentado o décimo segundo ponto, “Voto de pesar pelo falecimento do Senhor Cónego Fernando Monteiro”, que colocado logo depois à votação, foi aprovado por unanimidade e consignado o respetivo Minuto de Silêncio em memória do homenageado.-----

----- E nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão, eram 22:30 horas, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida, discutida e aprovada, vai ser assinada pelo senhor Presidente da

Assembleia e por mim que a secretarici. -----

O Presidente da Assembleia Municipal

O Secretário da Assembleia Municipal



